

Doenças Negligenciadas: perspectivas de uma nova agenda para velhas doenças

Prof.^a Ethel Leonor Noia Maciel

Doutora em Saúde Coletiva/Epidemiologia
Núcleo de Doenças Infecciosas e Programa de Pós-Graduação em
Saúde Coletiva Universidade Federal do Espírito Santo

Os desafios éticos, políticos e operacionais, nestes 20 anos de Sistema Único de Saúde (SUS) talvez sejam agora maiores do que no início de sua implantação. Muitos acontecimentos mudaram o rumo da história e repercutiram para além do que se havia imaginado e se mostram de difícil conciliação. Dentre estes, cito a dificuldade de conciliar uma constituição sociodemocrata com um Estado liberal. A gigantesca valorização do capital tem sido um fim em si mesma e o valor da vida humana tem sido uma atividade-meio no intenso balcão de negociação entre Estado, cooperativas, planos privados e mercado farmacêutico.

A compreensão dessa permanente luta democrática pela saúde perpassa pela compreensão dos acontecimentos que marcaram a instituição de políticas para as nossas ditas “doenças tropicais” que se iniciam com a publicação da teoria da transição epidemiológica. Nesta publicação, o Omran¹ discute que, em paralelo à transição demográfica, representada pela queda da mortalidade e natalidade e pelo aumento da expectativa de vida das populações humanas, estaria ocorrendo também um processo de mudança nos padrões de adoecimento e morte das populações. Nesse processo, as doenças degenerativas e decorrentes do estilo de vida teriam deslocado as doenças infecciosas do lugar de principais causas de mortalidade.

Pontuo um fato importante destacado pelo autor e que foi fundamental, historicamente, para as apropriações que se fizeram da teoria. Ele divide o processo em três estágios sucessivos e estanques: a “idade das pestilências e fome”, a “idade das pandemias recorrentes” e, finalmente, a “idade das doenças degenerativas”².

A teoria apresentada se propôs a ser uma sequência linear e “natural” de etapas, que podiam variar em seu ritmo, mas com uma direção clara e estabelecida da substituição das doenças infecciosas e parasitárias pelas doenças crônicas degenerativas e por razões externas como as mais importantes causas de mortalidade e morbidade das populações humanas.

A repercussão dessa teoria para muito além dos muros acadêmicos teve um grande poder de indução para pesquisa e desenvolvimento na área da saúde.

No entanto, quando tudo parecia linearmente explicado, surge, no final da década de 80, um episódio que alterou de forma importante esse modelo de interpretação: a emergência do vírus da imunodeficiência humana (HIV) nos países desenvolvidos é considerada como o fato mais relevante no questionamento das bases e na superação da teoria da transição epidemiológica.